

Grupo de Trabalho 1 e Mesa 1– Dilemas do ensino e pesquisa em desenvolvimento regional: como pensar a região e o desenvolvimento e planejar o país?
Rodrigo Ferreira Simões

Grupo de Trabalho 1 e Mesa 1 – Dilemas do ensino e pesquisa em desenvolvimento regional: como pensar a região e o desenvolvimento
Ivo Marcos Theis

Grupo de Trabalho 2 e Mesa 2– Configurações atuais da pesquisa e do ensino de pós-graduação na interface urbano-ambiental: atualizando a agenda de pesquisa.
Ana Cláudia Duarte Cardoso

Grupo de Trabalho 4 e Mesa 4 – A natureza da interdisciplinaridade na reflexão do planejamento urbano e regional a visão dos órgãos de fomento e apoio de pesquisa.
Orlando Alves dos Santos Júnior

PARTE II **Relatos**

Grupo de Trabalho 1 - Dilemas do Ensino e Pesquisa em Desenvolvimento Regional: como pensar a região e o desenvolvimento e planejar o país

RELATOR:

Rodrigo Simões
Cedeplar/UFMG

Apresentação

Os trabalhos iniciaram-se por uma intervenção de apresentação da relatoria, resumindo as apresentações da parte da manhã na mesa redonda correspondente ao tema.

Complementarmente foram pontuados os elementos-chave para nortear a discussão, a saber,

1. O que ensinamos? Quais as estruturas curriculares dos Programas de Pós-graduação (PPG)? Como se organizam e quais são as especificidades dos PPG? Como articular desenvolvimento em escalas regionais e nacionais com realidades locais?
2. O que pesquisamos? Agendas, interfaces institucionais e financiamento *vis-a-vis* inserção internacional e especificidades regionais. Quais as temáticas? Como articular teorias/conceitos; metodologias – formalização e interdisciplinaridade ; estudos de caso/realidades regionais?
3. Qual o papel da ANPUR na articulação Produção do Conhecimento - Divulgação do Conhecimento – Intervenção na Sociedade?

Ensino

A discussão foi prolífica e trouxe ao debate importantes questões a serem pensadas no âmbito de nossa associação:

1. Há uma retomada da discussão da temática regional, no Brasil e no mundo, tanto nos governos como na academia. Nesta última, a temática do regional vem crescendo, mas associada a um territorialismo exacerbado, a estudos que tendem a vulgarizar o tratamento da questão regional (porquanto ligadas ao sustentável, ao inclusivo e a outras boas intenções). Conceitos novos, muitos, vazios de conteúdo, substituem categorias que poderiam melhor traduzir a realidade social, como Estado, poder, classes sociais, capital, acumulação;
2. Cabe atentar para o caráter inter e transdisciplinar da temática do regional – e é preciso fazer um esforço, desde as disciplinas de origem dos estudiosos da questão (economia, sociologia, planejamento urbano e regional, geografia etc.), para se lograr este intento. Não menos relevante é a dimensão histórica do desenvolvimento regional, já que se lida com uma temática que evoca fatos e relações temporalmente contextualizados. Outro aspecto a ser considerado é que o conceito

de região requer que se diferencie território de espaço, examinando-os de distintas perspectivas, a partir de variadas escalas. Porém, uma região é, sempre, uma parte de um todo maior, um espaço recortado de um território nacional. Em que medida o desenvolvimento socioeconômico que tem lugar num país, ao favorecer a polarização, a concentração de seus benefícios numa ou poucas regiões, suscita riscos de fragmentação do território, trazendo à baila a preocupação com uma desejável “coesão territorial”. Percebe-se uma necessidade e uma preocupação com o rigor conceitual ao tratar destas questões;

3. Lembrou-se, com ênfase, que o regional não pode ser considerado um suporte agregado de cidades. A luta pela descentralização política pós-regime militar levou à emergência da escala local em detrimento da regional. Neste contexto é preciso reconstruir o regional como escala conceitual e metodológica primordial no processo de desenvolvimento.
4. Destacou-se a relevância que a temática do regional vem ganhando no sistema de pós-graduação brasileiro e na ANPUR. No que se refere à ANPUR, pode-se notar uma [nova?] entrada do tema nas discussões da entidade de forma paulatina, gradativa. Já na pós-graduação, ela ganha força/corpo, rapidamente, na década passada. Este último ponto é que merece melhor atenção: o que se dá com o surgimento de considerável número de programas de pós-graduação na sub-área de desenvolvimento regional é um reconhecimento/melhor conhecimento da realidade regional do Brasil, lá onde essa realidade regional existe em termos concretos. Dela dão conta o ensino e a pesquisa que a pós-graduação emergente abriga.
5. Aqui então se apresentam dificuldades e potencialidades. A saber, i) tende a haver uma descontextualização do local/regional das outras escalas espaciais, levando aos localismos frequentes em estudos regionais; ii) tende a existir uma antinomia entre recortes setoriais e abordagens mais territorializadas; contudo iii)

isso abre novas possibilidades para a inserção dos novos PPG a partir de realidades específicas;

6. Estes novos PPG em desenvolvimento regional apresentam uma particularidade a ser enfrentada pela área, i.e., um grande número de professores sem formação específica em desenvolvimento, planejamento ou mesmo estudos regionais e urbanos. Posto isto, as estruturas curriculares nos novos programas, seguem muito mais as capacidades existentes quando de suas criações do que uma formatação canônica, ou mesmo crítica, em desenvolvimento e planejamento regional. A multidisciplinaridade nas estruturas de ensino geralmente são resultado da disponibilidade de professores e não da consolidação teórica desta necessidade. Daí, destacou-se a importância das grandes universidades e dos programas consolidados na formação e formatação do ensino em planejamento e desenvolvimento regional no país, frisando a necessidade de privilegiar a construção de pensamento crítico em detrimento de colonizações acadêmicas.

Pesquisa

A principal questão mencionada em toda a discussão disse respeito à construção da Agenda de pesquisa da área. Vale dizer,

1. Quem determina/constitui nossas agendas de pesquisa? Houve um consenso de que há uma interferência na determinação das agendas – e até mesmo do léxico – de pesquisa por parte das agências de fomento, pois é ali que se definem os financiamentos. Há que se destacar que esta interferência funciona como uma imposição financeira: os financiamentos se dão, primordialmente, a partir de temáticas definidas e de interesse de governos, ONGs, agências multilaterais, BID, BIRD e mesmo do setor produtivo privado;
2. No tocante ao financiamento de pesquisas por meio de prestação de serviços e consultorias governamentais destacou-se que estas se apresentam como

uma forma de mitigar a baixa remuneração dos professores de ensino superior. Contudo dois aspectos subjacentes e dicotômicos se formam: a já mencionada e indesejada interferência nas temáticas coexistindo com a oportunidade da academia interferir na sociedade e sobre o território de forma real, subsidiando diretamente a confecção de políticas públicas;

3. Concluiu-se que a temática do desenvolvimento regional é mais uma preocupação coma realidade local do que resultado local do que resultado de uma densidade acadêmica consolidada;
4. É preciso desenvolver formas integradas – a serem compartilhadas entre programas consolidados e emergentes – para desenvolver agendas que deem conta das particularidades regionais (agronegócio, *royalties*, pouca ou nenhuma qualificação do poder público municipal, grande capacidade de articulação e ação do grande capital na produção do espaço, etc) sem abrir mão da desejada universalidade e excelência conceitual e metodológica dos PPG.

Papel da Anpur

Discutiu-se a importância da ANPUR na consolidação da pesquisa, ensino e extensão em planejamento e desenvolvimento regionais no Brasil. Foram destacados os seguintes pontos:

1. A retomada da dimensão regional na academia brasileira, particularmente com a abertura de um grande número de PPG na área e subsequente demanda por associação e filiação em nossa entidade. Vale lembrar que a participação de novos PPG em nossos encontros bianuais vem crescendo de forma exponencial nos últimos anos;
2. A ANPUR tem como dever organizar este debate e viabilizar a qualificação destes programas emergentes a fim de permitir a problematização sistemática e rigorosa da realidade urbana e regional brasileira, não

mais dependendo de iniciativas voluntaristas – mesmo que bem intencionadas;

3. Primordial é o papel da ANPUR e de seus programas (consolidados e emergentes) na formação crítica de gestores públicos, egressos, posto que os “gestores generalistas” – modelo adotado pelo governo federal há mais de uma década – enfatizam sua atuação nas atividades meio. Os egressos também vão atuar na esfera privada (principalmente grandes empresas) sendo a formação crítica e rigorosa primordial para uma melhor ação no território;
4. Cabe à ANPUR valorizar os programas e profissionais emergentes a fim de que a motivação apresentada na criação de novos cursos não se transforme em frustração, facilitando e criando mecanismos institucionais para que os mesmos possam se consolidar e trilhar seus próprios caminhos;
5. É necessário que se pense, no âmbito da ANPUR, metodologias que permitam aumentar a sinergia entre os diversos programas. Se a existência é pretérita à teorização, a passagem do real ao objeto conceitual é árdua e é necessário trabalho conjunto para tal transição;
6. Há que se construir metodologias de ação com vistas à integração dos emergentes a redes consolidadas de pesquisa, ensino e extensão; sendo a ANPUR o lócus primordial desta integração. A organização em Redes de Pesquisa – a fim de participar, e.g., de grandes editais ou chamadas – é fundamental mas não suficiente: é necessário criar institucionalidades formais que avancem mais além, permitindo trocas permanentes de experiências e ações.

Por fim, foi valorizada mais uma vez a iniciativa da ANPUR na realização do Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, fórum já consolidado da necessária relação dialógica da ANPUR com seus filiados e associados.

